Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Informações financeiras intermediárias acompanhadas do relatório de revisão de informações trimestrais em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 2684E-025-PB



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Informações financeiras intermediárias	5
Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026	12

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Braz Olaia Acosta, 727 - Sala 2101 - Jardim Califórnia
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.
Uberaba – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. (Companhia), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of *Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Data de constituição da Companhia e informações comparativas

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia está em fase de início de operações (tendo sido constituída em 24 de novembro de 2025), motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o período comparativo a 30 de junho de 2026. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	220.892	1
Contas a receber de clientes	6	41.613	-
Despesas antecipadas	7	1.706	-
Adiantamentos		210	-
Outros ativos		9	-
Total do ativo circulante		**264.430**	**1**
Ativo não circulante			
Caixa restrito	9	478.547	-
Recursos vinculados	8	1.080	-
Partes relacionadas	16	4.786	-
Impostos diferidos	20	6	-
Imobilizado	10	27.606	-
Intangível	11	109.399	-
Total do ativo não circulante		**621.424**	**-**
Total do ativo		**885.854**	**1**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025
(Em milhares de reais)
Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Fornecedores	13	4.540	-
Obrigações tributarias e sociais	14	14.060	-
Obrigações contratuais	15	496	-
Outras obrigações	14	17	-
Total do passivo circulante		**19.113**	**-**
Passivo não circulante			
Debêntures	12	381.521	-
Obrigações contratuais	15	1.080	-
Impostos diferidos	20	5.922	-
Outras obrigações	17	18	-
Total do passivo não circulante		**388.541**	**-**
Patrimônio líquido	18		
Capital social		393.314	1
Resultado do período		84.886	-
Total do patrimônio líquido		**478.200**	**1**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**885.854**	**1**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações do resultado
para o período findo em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	Notas	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026
Receita operacional líquida	21	128.194	136.214
Receita com construção e infraestrutura	21	61.932	64.653
Custo dos serviços prestados	22	(13.034)	(14.177)
Custo com construção e infraestrutura	22	(61.932)	(64.653)
Resultado bruto		**115.160**	**122.037**
Despesas gerais e administrativas	23	(4.729)	(7.043)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		**110.431**	**114.994**
Receitas financeiras	24	17.465	21.904
Despesas financeiras	24	(1.256)	(12.474)
Resultado financeiro		**16.209**	**9.430**
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social		**126.640**	**124.424**
Imposto de renda e contribuição social		(33.622)	(33.622)
Imposto diferido		(5.916)	(5.916)
Resultado líquido do período		**87.102**	**84.886**
Lucro líquido básico e diluído por ação - em reais		0,5145	**0,5014**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos findos em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026
Lucro líquido do período	87.102	84.886
Resultados abrangentes do período	**87.102**	**84.886**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2026 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**18**	**1**	**-**	**1**
Lucro líquido do período		-	84.886	**84.886**
Capital social integralizado		393.313	-	**393.313**
Saldos em 30 de junho de 2026		**393.314**	**84.886**	**478.200**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o período findo em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	30/06/2026
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	**124.424**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	975
Provisão de manutenção	18
Recursos vinculados com ANTT	(1.080)
Juros e variações debêntures	25.013
Custos captação debêntures	603
Decréscimo/acréscimo em ativos e passivos	
Contas a receber de clientes	(41.613)
Partes relacionadas	(4.786)
Adiantamentos	(210)
Despesas antecipadas	(1.706)
Outros ativos	(9)
Fornecedores	4.540
Obrigações contratuais	1.576
Obrigações sociais e tributárias	14.060
Outros passivos	17
Imposto de renda e contribuição pagos	**(33.623)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**88.199**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Adições ao ativo imobilizado	(28.400)
Adições ao ativo intangível	(109.579)
Caixa restrito	(478.547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(616.526)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	393.313
Captação de debêntures	360.000
Custos captação debêntures	(4.095)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**749.218**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**220.891**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1
Caixa e equivalente de caixa no final do período	220.892
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**220.891**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para o período findo em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

	30/06/2026
Receitas	**213.765**
Venda de serviços	149.112
Receitas de construção - ativos da concessão	64.653
Insumos adquiridos de terceiros	**(77.464)**
Custo dos serviços prestados	(6.756)
Custo de construção - ativos da concessão	(64.653)
Materiais, energia, serviços e outros	(6.055)
Valor adicionado bruto	**136.301**
Retenções	**(975)**
Depreciação e amortização	(975)
Valor adicionado líquido	**135.326**
Valor recebido em transferência	**21.903**
Receitas financeiras	21.903
Valor adicionado total a distribuir	**157.229**
Distribuição do valor adicionado:	**(157.229)**
A - Pessoal e encargos	**(6.898)**
Remuneração direta	(3.387)
Benefícios	(1.381)
F.G.T.S.	(262)
Outros	(1.868)
B - Impostos, taxas e contribuições	**(53.266)**
Federais	(45.810)
Municipais	(7.456)
C - Juros e aluguéis	**(12.179)**
Juros	(10.705)
Aluguéis	(490)
Outros	(984)
D - Remuneração do capital próprio	**(84.886)**
Resultado do período	(84.886)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Belmira Montes Barroso, nº 122, Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 24 de novembro de 2025. Sua atividade principal é explorar, sob regime de concessão, o sistema rodoviário BR-153/262/GO/MG (Rota Sertaneja), nos termos do Edital de Concessão nº 4/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e do respectivo Contrato de Concessão, abrangendo: **(i)** BR-153/GO, do entroncamento com a GO-219 (Hidrolândia/GO) até a divisa com Minas Gerais (ponte sobre o Rio Paranaíba); **(ii)** BR-153/MG, do final da ponte sobre o Rio Paranaíba (divisa GO/MG) até o início da ponte sobre o Rio Grande (divisa MG/SP); e **(iii)** BR-262/MG, do entroncamento com a BR-050 (Uberaba/MG) até o entroncamento com a BR-153 (Pouso Alto/MG).

O projeto foi leiloado pela ANTT em 6 de novembro de 2025, com prazo de concessão de 30 anos, prevendo investimentos e serviços operacionais para modernização do corredor, incluindo implantação do pedágio eletrônico em fluxo livre (*free flow*), conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER)

Em função do início das operações da Companhia ter iniciado em 26 de março de 2026, os saldos contábeis apresentados em 31 de dezembro de 2025 refletem exclusivamente o aporte inicial de capital social, sem movimentações operacionais ou financeiras relevantes. Dessa forma, os saldos comparativos entre os períodos são praticamente nulos, não sendo possível estabelecer análises de variação ou evolução entre os exercícios. A estrutura patrimonial e de resultado apresentada em 30 de junho de 2026 corresponde, portanto, ao primeiro período de reporte contábil da Companhia desde o início da cobrança de pedágio e da execução das atividades previstas no contrato de concessão, conforme as demonstrações trimestrais (ITR).

A Companhia é controlada pela Companhia Rota da BR 153 MG-GO S.A., detentora de 100% das ações em 30 de junho de 2026.

2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, bem como com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR). A base de preparação das informações financeiras é o custo histórico, exceto nos casos em que as práticas contábeis descritas nas notas explicativas indicam outra forma de mensuração, conforme os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Orientação OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, este relatório apresenta exclusivamente as informações relevantes relacionadas às informações financeiras, ou seja, aquelas efetivamente utilizadas pela Administração na condução da gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas nas demonstrações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 30 de março de 2026. Por esse motivo, recomenda-se que estas informações sejam analisadas em conjunto com as demonstrações anuais mencionadas.

As notas explicativas que não sofreram alterações significativas em relação às demonstrações de dezembro de 2025 não foram reproduzidas integralmente neste relatório. No entanto, foram incluídas informações selecionadas que ajudam a compreender as mudanças na posição financeira e no desempenho operacional da Companhia desde a última divulgação anual.

A emissão destas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2026.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela administração, e os efeitos das alterações são reconhecidos no período da revisão e nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- A determinação da vida útil e recuperabilidade do imobilizado e do ativo intangível, incluindo testes de *impairment*;
- A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros;
- A constituição de provisões para riscos processuais, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios;
- A mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme ICPC 01;
- A estimativa de provisão para manutenção e recomposição da infraestrutura rodoviária, considerando os níveis de serviço exigidos contratualmente;
- A mensuração de receitas de construção e infraestrutura, com base no estágio de execução dos serviços;
- A projeção de receitas futuras de pedágio, considerando estimativas de tráfego e elasticidade de demanda;
- A mensuração de passivos contratuais e regulatórios, como o ônus de fiscalização e obrigações com o Poder Concedente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

4.1. Novas normas e interpretações

A Companhia monitora as alterações de normas contábeis e regulatórias emitidas, bem como normas e legislações tributárias, que possam afetar suas informações financeiras em períodos futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Administração avaliou as alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 e, até o momento, não identificou impactos materiais nas informações financeiras.

4.2. Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

- IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima – As normas estabelecem requisitos para divulgações de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima. A Administração está avaliando os impactos e eventuais necessidades de adaptações em processos, controles e sistemas para atendimento às exigências aplicáveis, não tendo identificado, até a data destas demonstrações, efeitos materiais nos saldos contábeis do trimestre;
- Resolução CVM nº 193/23 (e alterações) – Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, com implementação prevista a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia acompanha os requisitos regulatórios e avalia os impactos para atendimento às exigências de divulgação.

4.3. Normas e alterações emitidas e ainda não efetivas

As seguintes normas e alterações foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2026:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Informações financeiras – Substitui a IAS 1 e estabelece nova estrutura de apresentação e divulgações. A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva;

- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – Estabelece um conjunto reduzido de divulgações para subsidiárias elegíveis. A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2027.

A Administração segue avaliando os potenciais efeitos dessas normas e não espera impactos materiais nas informações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026, ressalvadas alterações relevantes que venham a decorrer de regulamentações ou orientações adicionais.

4.4. Normas e leis tributárias emitidas e ainda não efetivas

A Companhia monitora as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas informações financeiras em períodos futuros, incluindo: **(i)** Lei nº 14.789/2023 e MP nº 1.185/2023; **(ii)** a CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins), cuja implementação depende de regulamentação e do cronograma de transição; e **(iii)** Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024 (tributação mínima global). Os impactos dessas alterações dependerão de regulamentações e interpretações complementares e, por essa razão, a Companhia ainda não consegue estimar de forma confiável eventuais efeitos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa geral (praças e sede)	261	-
Bancos - Conta corrente	1	1
Bancos – Aplicação	220.630	-
Total	**220.892**	**1**

As aplicações em CDBs com modalidade pós-DI com remuneração contratada entre 95% e 107% do CDI, ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 20% e 50% do CDI, decorrentes de valores recebidos de aportes de capital e emissão de debêntures, classificadas como caixa e equivalentes de caixa em razão de sua elevada liquidez e baixo risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

	30/06/2026
Pedagio eletrônico	40.515
Cartões débito, crédito e PIX	1.098
Total	**41.613**

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrentes do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2026, a administração da Companhia entende que não faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexiste histórico de inadimplência, e com vencimentos entre 30 e 40 dias.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o ajuste o valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data de 30 de junho de 2026, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações financeiras.

A arrecadação de pedágio na companhia, teve início em 26 de março de 2026.

7. Despesas antecipadas

	30/06/2026
Seguros a apropriar **(i)**	1.532
Outros	174
Total	**1.706**

(i) Seguros decorrentes de obrigações contratuais da concessão, seguro garantia, riscos operacionais, engenharia e civil.

8. Recursos vinculados - ANTT

	30/06/2026
Saldo inicial	**-**
Depósitos de recursos vinculados ANTT	1.072
Rendimentos dos recursos vinculados ANTT	8
Total	**1.080**

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a 1% aos recursos de receitas creditados em conta centralizadora, para utilização exclusiva nas seguintes finalidades:

i) Compensações decorrentes de desconto de usuário frequente (DUF);

ii) Recomposições de equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e

iii) Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado à Companhia a utilização dos valores para prestação e fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido a conta do tesouro.

9. Caixa restrito - ANTT

	30/06/2026
Saldo inicial	**-**
Depósitos caixa restrito ANTT	467.348
Rendimentos do caixa restrito ANTT	11.199
Total	**478.547**

Trata-se de recursos vinculados em conta reserva da ANTT (Poder Concedente) correspondente a aporte adicional sobre adicional do limite da oferta do leilão da concessão. E de 1% dos recursos creditados em conta centralizadora.

10. Imobilizado

a) Composição e movimentação

		Custos			Depreciação			Líquido	
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos 31/12/2025	Adições	Saldos 30/06/2026	Saldos 31/12/2025	Adições	Saldos 30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025
Equipamentos e instalações	10%	**-**	652	**652**	-	(11)	**(11)**	**641**	**-**
Móveis e utensílios	10%	**-**	351	**351**	-	(9)	**(9)**	**342**	**-**
Veículos	10 e 20%	**-**	16.004	**16.004**	-	(693)	**(693)**	**15.311**	**-**
Computadores e periféricos	20%	**-**	1.687	**1.687**	-	(81)	**(81)**	**1.606**	**-**
Em andamento	-	**-**	9.706	**9.706**	-	-	**-**	**9.706**	**-**
Total		**-**	**28.400**	**28.400**	**-**	**(794)**	**(794)**	**27.606**	**-**

11. Intangível

a) Composição e movimentação

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos			Amortização			Líquido	
		Saldos 31/12/2025	Adições	Saldos 30/06/2026	Saldos 31/12/2025	Adições	Saldos 30/06/2026	Saldos 30/06/2026	Saldos 31/12/2025
Licenças de uso de softwares	20,00%	-	762	762	-	(29)	(29)	733	-
Gastos do leilão	3,42%	-	17.501	17.501	-	(151)	(151)	17.350	-
Em construção	0,00%	-	78.974	78.974	-	-		78.974	-
Adiantamento	0,00%	-	12.342	12.342	-	-	-	12.342	-
Total		**-**	**109.579**	**109.579**	**-**	**(180)**	**(180)**	**109.399**	**-**

12. Debêntures

a) Composição

Rubrica	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	30/06/2026
Debêntures 1ª Emissão	15/01/2026	15/01/2029	DI + 2,35% a.a.	381.521
Total				**381.521**
Passivo circulante	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	381.521
Total	**-**	**-**	**-**	**381.521**

b) Movimentação

	30/06/2026
Saldo inicial	**-**
Captação	360.000
Provisão de juros e correção	25.013
(-) Custo captação	(4.095)
Amortização custo captação	603
Saldo final	**381.521**

	30/06/2026			
Ano de vencimento	Principal	Juros	Custo	Total
2026	-	-	(702)	**(702)**
2027	-	-	(1.393)	**(1.393)**
2028	-	-	(1.397)	**(1.397)**
2029	360.000	25.013	-	**385.013**
Saldo final	**360.000**	**25.013**	**(3.492)**	**381.521**

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia realizou emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única e distribuídas no rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. As emissões foram direcionadas exclusivamente a Investidores Profissionais.

12.1. 1ª Emissão de Debêntures

A 1ª emissão foi realizada em 15 de janeiro de 2026, totalizando R$ 360.000.000,00, composta por 360.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, conforme Escritura de Emissão celebrada em 15 de janeiro de 2026.

a) Características principais

- **Natureza**: Debêntures simples, não conversíveis, com garantia real e garantia fidejussória adicional;
- **Valor nominal unitário**: R$ 1.000,00;
- **Data de emissão**: 15 de janeiro de 2026;
- **Vencimento**: 36 meses a partir da Emissão – 15 de janeiro de 2029;
- **Remuneração:**
  - 100% da Taxa DI;
  - acrescida de spread de 2,35% a.a.;
  - juros calculados de forma exponencial, cumulativa, *pro rata temporis*, base 252.
- **Pagamento dos juros:** em **parcela única** no vencimento;
- **Amortização:** parcela única no vencimento;

- ***Rating*:** não aplicável.

b) Garantias

A 1ª emissão conta com **(i)** garantias reais e **(ii)** garantia adicional fidejussória da acionista (Way Concessões/Rotas do Brasil), limitada a **51% das obrigações garantidas**.

Garantias reais

1. Alienação fiduciária das ações da Emissora (100% do capital), outorgada pela acionista.

2. Alienação fiduciária das ações da SPE (100% do capital), outorgada pela Emissora.

3. Alienação fiduciária dos direitos econômicos decorrentes das ações.

4. Cessão fiduciária de contas vinculadas (Contas Vinculadas Emissora e Way Concessões).

5. Cessão fiduciária de direitos creditórios da Concessão, incluindo receitas de pedágio, indenizações e receitas acessórias (podendo ser executadas sem prejuízo à continuidade do serviço público).

Todas as garantias estão devidamente registradas conforme previsto na Escritura.

c) Destinação dos recursos

Os recursos líquidos da 1ª emissão foram integralmente destinados ao aporte de capital na SPE, conforme previsto no Edital de Concessão da ANTT.

12.2. *Covenants* e obrigações contratuais

A Companhia está sujeita a obrigações operacionais e financeiras previstas nas Escrituras, incluindo:

- manutenção das garantias reais e fidejussórias;
- destinação dos recursos conforme previsto;
- entrega de informações periódicas ao agente fiduciário;
- restrições à distribuição de dividendos em caso de descumprimento de obrigações;
- acesso do agente fiduciário à documentação e informações relevantes.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia encontrava-se em conformidade com todas as cláusulas contratuais.

13. Fornecedores e prestadores de serviços

	30/06/2026
Fornecedores nacionais	4.540
Total	**4.540**

Os passivos com fornecedores não incidem juros e são liquidados em até 60 dias.

14. Obrigações tributárias e sociais

Tributárias	30/06/2026
Imposto de renda	5.911
Contribuição social	2.259
PIS	322
Cofins	1.507
ISS	2.360
Impostos retidos terceiros	112
Total das obrigações tributárias	**12.471**

Sociais	30/06/2026
PLR	240
INSS	359
IRRF	20
FGTS	78
Provisões férias e 13º salário	892
Total das obrigações sociais	**1.589**
Total com obrigações	**14.060**

15. Obrigações contratuais

	30/06/2026
Seguros obrigatórios	496
Recursos vinculados **(a)**	1.080
Total	**1.576**
Total curto prazo	**496**
Total longo prazo	**1.080**

(a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido a longo prazo de todo o contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente a retenção de 1% sobre os créditos vinculados a receita, maiores informações, vide Nota Explicativa nº 8.

16. Transações com partes relacionadas

Composição de contas a receber

	Contas a receber e adiantamentos	
	30/06/2026	31/12/2025
Concessionária da Rodovia MS **(a)**	78	-
Rota da BR 153 MG-GO **(b)**	4.708	-
Total	**4.786**	**-**
Circulante	-	-
Não circulante	**4.786**	**-**

a) Referente a pagamentos de despesas diversas.

b) Referente a pagamentos de despesas com custas de constituição, publicações e arquivamento de atos societários, e custas com emissão de debêntures. Não há remuneração sobre esses pagamentos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A companhia é administrada por uma diretoria executiva, composta por 03 diretores, eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição. No período findo de 30 de junho de 2026, as despesas pagas com esses administradores foram de R$ 169 (cento e sessenta e nove mil reais).

17. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de manter as condições de conservação e manutenção da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2031 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de desconto de 10,63% a.a., mais correção anual pelo IPCA.

a) Composição

	30/06/2026
Provisão para manutenção - não circulante	18
Total	**18**

b) Movimentação

	30/06/2026
Saldo inicial	**-**
Provisão para manutenção	18
AVP provisão manutenção	-
Saldo final	**18**

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social da Companhia é de R$ 393.314. Durante o período findo em 30 de junho de 2026, os acionistas realizaram integralização de capital no montante de R$ 393.313 em 31 de dezembro de 2025, era de R$ 1 (um mil reais).

Segue a composição do quadro societário da Companhia em 30 de junho de 2026:

			Ações Ordinárias		
Controladora	**CNPJ**	**País**	**Participação**	**Quantidade**	**Valor R$**
Rota da BR 153 MG-GO S.A.	63.929.444/0001-26	Brasil	100,00%	393.313.607	393.314

- Em 22 de janeiro de 2026, houve uma integralização de R$ 166.313 de capital;
- Em 26 de janeiro de 2026, houve uma integralização de R$ 227.000 de capital.

b) Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia constituirá a reserva legal ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até que atinja 20% do capital social. Em 30 de junho de 2026, não há constituição de reserva legal.

c) Dividendos

Nos termos do Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

	Notas	30/06/2026	31/12/2025	Mensuração
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras		220.630	-	Custo amortizado
Contas receber		41.613	-	Custo amortizado
Passivos financeiros				
Debêntures		381.521	-	Custo amortizado
Fornecedores		4.540	-	Custo amortizado

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1 –** Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2 –** Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- **Nível 3 –** Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de jutos vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagiada, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data-base de 30 de junho de 2026, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório *focus* de 27 de junho de 2026 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Receitas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das receitas financeiras

	Aplicações financeiras				
	Queda de 25%	Queda de 50%	*Base case*	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Indexador	Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	10,50%	7,00%	14,00%	17,50%	21,00%

		Saldo principal	Projeção das receitas financeiras – 2026				
		30/06/2026	Queda de	Queda de	*Base case*	Aumento de	Aumento de
Taxa de remuneração			25%	50%		25%	50%
Aplicação	CDI	**220.630**	23.166	15.444	30.888	38.610	46.332
Total aplicado			**23.166**	**15.444**	**30.888**	**38.610**	**46.332**

Projeção das despesas financeiras

	Empréstimos e financiamentos				
	Queda de 25%	Queda de 50%	*Base case*	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Indexador	Cenário II	Cenário I	Cenário provável	Cenário III	Cenário IV
CDI - %	10,50%	7,00%	14,00%	17,50%	21,00%
2,35%a.a.	-	-	2,35%	-	-

		Saldo principal	Projeção das receitas financeiras – 2026				
		30/06/2026	Queda de	Queda de	*Base case*	Aumento de	Aumento de
Taxa de juros			25%	50%		25%	50%
Debêntures	DI+2,35%a.a.	**381.521**	49.025	35.672	62.379	75.732	89.085
Total aplicado			**49.025**	**35.672**	**62.379**	**75.732**	**89.085**

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período findo em 30 de junho de 2026

	30/06/2026
Lucro antes dos impostos e contribuições	**124.424**
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda calculada pela alíquota vigente	**(42.304)**
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):	2.766
Base negativa	-
Imposto de renda e contribuição social	**(39.538)**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	**(33.622)**
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	**(5.916)**
Alíquota efetiva	34%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	30/06/2026
Ativo	
Diferenças temporárias sobre provisão manutenção	6
Total Ativo	**6**
Passivo	
Diferenças temporárias sobre rendimentos caixa restrito	**1.053**
Diferenças temporárias sobre rendimentos recursos vinculados	**4.869**
Total Passivo	**5.922**
Total	**5.916**

21. Receita operacional líquida

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026
Receitas de pedágios	140.333	149.112
Impostos incidentes sobre receita	(12.139)	(12.898)
Receita líquida de serviços	**128.194**	**136.214**
Receitas de construção - ativos da concessão	**61.932**	**64.653**
Receita do período	**190.126**	**200.867**

22. Custos por natureza

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026
Custo operacional		
Custo de construção - Ativos da concessão	(61.932)	(64.653)
Custo de conservação e manutenção rodovias	(608)	(630)
Custo operacional de rodovias	(4.098)	(4.449)
Custo com monitoração	(118)	(118)
Custo com pessoal	(5.783)	(6.202)
Seguros	(518)	(863)
Custos contratuais da concessão	(1.080)	(1.080)
Amortização intangível	(151)	(151)
Depreciação ativo	(678)	(684)
Total	**(74.966)**	**(78.830)**

23. Despesas gerais e administrativas

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(512)	(696)
Serviços de terceiros	(2.607)	(4.087)
Material e equipamentos	(432)	(613)
Despesas gerais	(1.041)	(1.507)
Amortização intangível	(29)	(29)
Depreciação ativo	(108)	(111)
Total	**(4.729)**	**(7.043)**

24. Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026
Receitas		
Rendimentos de aplicação caixa disponível	6.254	10.692
Rendimentos de caixa restrito e recursos vinculados ANTT	11.199	11.199
Outros	12	13
Total	**17.465**	**21.904**
Despesas		
Juros Debêntures	(14.439)	(25.013)
(-) Juros debêntures capitalizados	14.321	14.321
Custos debêntures	(410)	(603)
PIS e Cofins sobre receita financeira	(619)	(830)
Outros	(109)	(349)
Total	**(1.256)**	**(12.474)**
Resultado financeiro	**16.209**	**9.430**

25. Seguros e garantias

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Adicionalmente, mantêm coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "*all risks*" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 30 de junho de 2026, a cobertura de seguros estabelecida pela diretoria da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor prêmio	Valor cobertura
Pottencial Seguradora S. A	Garantia	31/01/2026 a 31/01/2028	755.437	269.820.168
Fairfax Brasil Seguros	Resp. Civil Geral	01/02/2026 a 01/02/2027	327.736	10.000.000
Fator Seguradora S. A	Riscos Operacional	01/02/2026 a 01/02/2027	922.707	40.000.000
Mapfre Seguradora S. A	Riscos Engenharia	01/02/2026 a 31/12/2027	219.752	225.000.000
Total				**544.820.168**

26. Compromissos com a concessão

a) Investimentos contratuais

Os investimentos a serem realizado pela concessão, para os próximos 30 anos, estão contemplados construção de pórticos de cobrança de pedágios, melhorias das bases, Saus, praças de pedágios existentes, atendimentos de usuários, melhoria de prédios da policia rodoviária, construção de balanças fixas, restaurações de rodovia, duplicações, intersecções, viadutos, obras de artes especiais, sinalização monitoração e demais investimentos que estão contemplados no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

27. Provisão para contingências

A Companhia não é parte em processos de natureza cível ou de qualquer outra natureza decorrentes do curso de suas operações. Dessa forma, não há contingências registradas ou classificadas como de perda possível, provável ou remota. A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos e, quando necessário, de especialistas externos, realiza periodicamente a avaliação do ambiente jurídico aplicável às atividades da Companhia, assegurando que eventuais riscos processuais sejam tempestivamente identificados e tratados. No entanto, até a presente data, não foram identificadas demandas que exijam a constituição de provisão para riscos processuais.

* * *